



Conter os casamentos mistos: Eugen Fischer num povoado livre do racismo

Marion Brepohl
Professora da UFPR - Pós-doutora
Bolsista do CNPq
mbrepohl@yahoo.com.br

É bastante conhecida a dificuldade, para os pesquisadores dedicados à História da África, de encontrar uma documentação cuja autoria seja dos próprios africanos: quem os descreveu e ainda detém uma boa parte das fontes disponíveis sobre eles nestes últimos 150 anos é o ex-colonizador. Ademais, como também é conhecido, tais escritos estão sempre impregnados de uma perspectiva eurocêntrica.

Tais documentos são mais difíceis de serem aceitos em sua credibilidade, quando os autores foram fiéis à ideologia e à prática imperialista, como é o caso de Eugen Fischer (1874-1967). Médico e antropólogo alemão, identificado e condenado (não sem razão) por sua explícita defesa da eugenia, foi um dos médicos mais comprometidos com as políticas nazistas relacionadas à esterilização em massa e ao genocídio.

À guisa de exemplo, citemos sua atuação no caso da esterilização de afro-alemães. Esta pequena minoria era descendente de alemães colonizadores e missionários de regiões da África Subsaariana que residiam nas colônias alemãs. Tais pessoas se casaram com mulheres nativas ou tiveram filhos fora do casamento. Com a perda do império colonial alemão, após a Primeira Guerra Mundial, alguns desses colonos voltaram para a Alemanha com as suas respectivas famílias.

À época do nacional socialismo, estes descendentes não perfaziam senão cerca de 500 a 800 indivíduos para 65 milhões europeus; ainda assim, os nazistas decidiram tomar medidas contra eles, então denominados, pejorativamente, de bastardos renanos (*Rheinlandbastard*). Não foram promulgadas leis oficiais contra tal população, ou até mesmo contra os filhos de ascendência mista, uma vez que eles eram descendentes de casamentos e uniões informais desde antes das Leis de Nuremberg (1935). No entanto,



segundo estas leis, as pessoas de ascendência mista perderiam a sua liberdade de casar com cônjuges de sua escolha se fossem considerados arianos.

Em 1937, a "Comissão Número 3" foi criada para resolver o problema do *Rheinlandbastards* com o objetivo de impedir a sua procriação na sociedade alemã. Organizada pelo Dr. Eugen Fischer do *Instituto Kaiser Wilhelm de Antropologia, Hereditariedade Humana e Eugenia*, foi decidido que as crianças seriam esterilizadas, sob a Lei de número 1.933 denominada de Lei para a Prevenção de Descendência Hereditariamente Enferma.

O programa começou em 1937, quando aos funcionários municipais foi solicitado informar sobre todos os bastardos da Renânia sob a sua jurisdição. Os encontrados (ao todo, 400 indivíduos), foram presos e esterilizados.

A atuação de Eugen Fischer à época do nacionalsocialismo é bastante conhecida, ainda que a lei 1.933 seja pouco explorada em pesquisas sobre o tema, aqui citada apenas para ilustrar alguns dos desdobramentos de sua experiência como pesquisador e antropólogo na África, fato que também não foi suficientemente explorado.

Nossa comunicação se detém ao período anterior ao nazismo: é resultado de nosso estudo sobre um de seus livros, redigido em 1913 e intitulado *Die Rehoboter Bastards und Bastardierungsproblem beim Menschen*, (Os bastardos de Rehobot e o problema da miscigenação dos seres humanos). Trata-se de um minucioso relatório sobre pesquisa realizada *in locu* num pequeno povoado da África Alemã Ocidental, hoje, uma parte da Namíbia, onde habitavam famílias de origem multicultural.

Por ser uma região de clima ameno e de solo fértil, muitos bôeres e europeus de outras origens que residiam no sul da África, em torno da cidade do Cabo, emigraram para aquela região, desde finais do século XVIII. Passo a passo, foram constituindo família contraindo matrimônio ou realizando uniões informais com os nativos, na maioria, hotentotes. Assim, formaram uma população miscigenada que vivia em harmonia, por desconhecer tanto a miséria quanto o racismo, pelo menos até finais do século XIX.

Fischer, homem de insuspeitado preconceito racial, não deixou todavia de reconhecer ali crenças e valores que se aproximavam, segundo sua ótica, dos valores dito civilizados, bem como de sua sincera confissão religiosa, o cristianismo.



Meu objetivo nesta comunicação é trabalhar com a análise de Fischer sobre os habitantes de Rehoboth (como era chamada aquela pequena cidade), sem deixar contudo de esquadrihar, nas entrelinhas, nos hábitos descritos, na economia de gestos, etc, como foi possível desenvolver-se, em plena era dos impérios, uma micro-sociedade que passou incólume, ainda que por um curto tempo, às doutrinas racistas. E como, a partir do início do século XX, esta mesma micro-sociedade passará a introjetar, graças à atuação dos colonizadores alemães na região, o senso de superioridade étnica em relação aos habitantes de suas fronteiras: hotentotes, namas e hereros, aproximando-se, por interesses econômicos mas também psicológicos, dos responsáveis pelas práticas imperialistas.

Sobre a nação dos bastardos

Rehoboth era uma pequena aldeia de 15 a 20.000 quilômetros quadrados, situada ao norte do que hoje é a Namíbia, sendo a região mais fecunda da então colônia alemã (SWA).

Desde 1760 já se observava a presença de europeus na região, mas somente em 1845 é que se cria uma comunidade evangélica, sob a liderança do missionário Kleinschmidt Rehoboth (que dará nome à cidade). Antes mesmo de sua chegada, esta população ministrava ensinamentos bíblicos às crianças. Um outro dado registrado por Fischer a partir de autores diversos é que, segundo os costumes, aos casamentos precedia o namoro, e o par precisava se entender bem, motivo pelo qual a miscigenação parecia não ser um problema entre eles. Todas as famílias tinham muitos filhos que iam também se casando entre si, formando então a população local.

Pelos sobrenomes, pôde-se identificar que aproximadamente 40 homens de origem européia foram os fundadores daquela pequena cidade (Fischer elaborou 23 árvores genealógicas, com riqueza de detalhes, observando que em sua maioria eram holandeses, e em segundo lugar, alemães).

À época em que Fischer realizou suas pesquisas, contava-se com uma população de 50 brancos (colonizadores alemães) e 3.000 nativos miscigenados, além de hotentotes que circundavam a aldeia ou que se empregavam como serviçais das famílias mais abastadas, estas compostas, segundo Fischer, por 150 famílias.



Não temos informações o suficiente para saber os motivos que levaram a que missionários evangélicos da Renânia estabelecessem ali um campo missionário; sabemos que já atuavam em outras regiões da África e da América Latina, muito provavelmente, pela demanda da população de origem germânica. O fato é que desde antes da ocupação alemã, a Igreja Luterana se fez presente na região, responsabilizando-se, inclusive, pela alfabetização das crianças e pela evangelização de outros nativos.

Segundo Kaulich (2003), os habitantes de Rehoboth viviam em regime de propriedade comunal e mantinham um conselho administrativo, relativamente isolados de outros nativos até que em 1884, deu-se o início da dominação alemã. Para fortalecer seu poderio militar, os agentes coloniais alemães procuraram se aproximar dos “Bastardos”, porquanto já falavam o mesmo idioma e já contavam com uma organização societária. Para tanto, concederam vantagens àquela população e, mesmo quando houve conflitos entre outros nativos e os agentes coloniais, este segmento foi poupado e protegido. Um outro exemplo, segundo Eberhard (2005), aos chamados bastardos que não tivessem participado dos conflitos que resultaram no genocídio de 1906, dispensava-se o uso do passe, e o confisco de terras não os atingiram.

A pesquisa de Fischer

A pesquisa de Eugen Fischer, que o levou a permanecer em Rehoboth por 2 anos, financiada pela *Real Academia de Berlim*, tinha como objetivo responder à seguinte questão: O que acontece quando duas diferentes raças se cruzam ao longo de uma série de gerações? Surge daí uma nova raça na humanidade, com caracteres genéticos intermediários aos dos estoques dos pais? Suas observações o convenceram de que uma nova raça humana permanente não podia ser formada pela fusão de duas diferentes formas humanas, pois, segundo a Lei de Mendel, determinados caracteres são recessivos e outros dominantes. Assim, os tipos de originais tendem a reafirmar-se no decurso de gerações. Embora a média da cabeça da forma do povo Rehoboth fosse intermediária às das duas raças-mãe (hotentote e boer), em cada geração um número definitivo da deles tendiam a assumir a cabeça com a forma de um ou do outro ascendente.



Sua pesquisa empírica partiu de 310 exames biométricos, acompanhados de entrevistas, 300 fotografias de corpo inteiro e mais algumas centenas de rostos (frente e perfil), 23 árvores genealógicas e entrevistas com agentes coloniais. Fotografou também utensílios domésticos, o interior das casas, as fachadas, vestimentas e adornos. Com este material, realizou uma infinidade de avaliações, tanto em crianças como em adultos e idosos. Examinou também a possível influência do clima e da alimentação sobre a conformação de seus corpos; a cor e o formato dos olhos; a taxa de fecundidade das famílias (uma média de 7,4 filhos por família); a cor da pele; a cor e a forma dos cabelos, tabulando todos os dados e estabelecendo parâmetros caractereológicos segundo os métodos adotados àquela época.

Na segunda parte do relatório – que nos interessa mais de perto – analisou a economia e os costumes, procurando essencialmente as diferenças deste povo com os demais nativos, com a clara intenção de analisar as possibilidades de aproximação entre eles e os colonizadores alemães. Em diversos momentos, aponta como elemento chave para esta aproximação, a necessidade de convencê-los que eram superiores aos demais, porquanto filhos da raça branca.

Lamenta que os europeus não tenham mantido seus valores de origem, exceto a crença religiosa. E lamenta mais ainda o fato de os missionários da Renânia terem se miscigenado com os nativos, aliando-se àquele povo, autodenominado a “nação dos bastardos”.

A seguir, um pequeno cotejamento de seus comentários sobre os hábitos (*Volkeskunde*) dos “Bastardos”. Segundo Fischer, à diferença dos europeus, são muito carinhosos com seus filhos, fabricam brinquedos para as crianças, os quais reproduzem o mundo adulto. Também o namoro precede o casamento, que conta sempre com a necessária autorização do pai da noiva. As bodas duram três dias, começando pela cerimônia religiosa, ao que se sucede um almoço, o café da tarde e posteriormente, um baile. São muito sociáveis entre si; aos domingos, além de freqüentarem a igreja, sentam-se à frente das casas para conversarem.

Trabalham pouco, somente o necessário para a subsistência, ainda que sempre suas casas sejam limpas e bem arrumadas. As mulheres se vestem com trajes europeus, portando sempre um casquete, principalmente se casadas. Realizam muitas festas, sejam de origem cristã ou datas festivas cultivadas por hotentotes.



Remédios caseiros e alimentos também são de proveniência de ambas as culturas; já os utensílios domésticos, afora os de decoração, são adquiridos nas lojas, pois os “bastardos” não são destros para a artesanaria; vivem do cultivo e comércio do gado

Segundo o antropólogo, o que falta a eles é o espírito de liderança, pois são incapazes de produzir cultura – falta-lhes fantasia, energia, autoconsciência, caráter, capacidade física, que são propriedades da raça branca. Têm dificuldade de marchar, não têm propensão a dominar, nem previsibilidade e muitos são regidos por paixões, como a paixão pelo álcool. São embotados, parecem tíbios e lerdos. Mesmo assim, são seguros de si e orgulhosos de sua nação.

Poderia multiplicar os comentários de Fischer, quase todos eles, uma reedição dos lugares comuns próprios das doutrinas racistas: a indolência das raças inferiores, sua incapacidade de realização, necessidade de serem tutelados, etc, o que não cabe no escopo deste trabalho.

Mas uma observação é digna de ressalva: ele afirma que tudo isso pode ser uma máscara, por não quererem aproximação com os recém-chegados. E, embora tivessem se mantido à parte quando da guerra de 1906 (conhecida como genocídio do povo herero), tampouco aceitaram (a não ser 20 ou 30 indivíduos) alistar-se ao lado dos colonizadores.

Finalmente, discorre sobre o significado político dos bastardos.

Como cientista e pesquisador da natureza, entende que este povo deve ser tratado de maneira diferente em relação aos outros nativos. Não adiantaria proibir os casamentos mistos naquele reduto, muito menos que eles procriassem, aumentando o contingente demográfico, mesmo que bastardos. Segundo seu parecer:

Para a nossa colônia, isso é inclusive útil. Com um tratamento adequado, coordenação, educação, o que os missionários já estão fazendo, podem se transformar em uma classe de trabalhadores ; podem dedicar-se ao criatório e com boa instrução, à artesanaria. Podemos capacitá-los para ser um grupo de policiais, desde que sob a direção dos brancos, pois já sabem que são diferentes desta corja de homens de cor.(...) E podemos convencê-los de que estas três atividades podem ser



de seu próprio proveito. A vida deles depende do governo alemão. A questão fundamental é fazê-los trabalhar na colônia (...) mas se e somente se eles forem nossos nativos, não é possível tratá-los como nossos iguais (FISCHER, 1913, p. p. 299).

Fischer e a política colonial

Após realizarmos estes breves comentários sobre o diagnóstico antropológico e político de Eugen Fischer, procuremos contextualizar as suas possíveis motivações, tendo em vista a conjuntura em que se deu aquela intervenção.

Primeiramente, é importante destacar que tanto antes quanto depois do genocídio do povo herero (mas principalmente depois), a política colonial alemã estava sofrendo intensa oposição dos socialdemocratas e liberais, dado o comportamento da burocracia colonial na África. Não apenas por seu interesse em oporem-se eleitoralmente às plataformas políticas que defendiam o expansionismo como meio de se estancar a questão social; com relativa rapidez, observamos que a ênfase passará a incidir sobre outra questão, qual fosse, a violência contra os nativos. Afinal, aquelas regiões, segundo os liberais e socialistas, uma vez conquistadas, pertenciam ao Estado alemão, devendo ser seus habitantes tratados como cidadãos. Por estas razões, diversos encaminhamentos políticos e institucionais foram reclamados com o intuito de propugnar, junto ao parlamento, pela elaboração de medidas legais que garantissem direitos aos nativos (*Eingeborenrechte*).

A resposta da burocracia colonial aos argumentos em favor dos nativos se caracterizou por uma radicalização discursiva cada vez mais intensa, apresentada não pela aporia esquerda *versus* direita, mas em torno daquilo que a escritora Frieda von Bülow denominou como a “espacialização da diferença”, ou seja, a legitimação do racialismo como critério de governo.

Cito Frieda von Bülow, dentre outros atores sociais neste processo, por ter sido ela uma importante articuladora das relações entre entidades privadas conservadoras na Alemanha e as colônias. Foi uma importante defensora do racialismo, entusiasta da política colonial, anti-semita, colaboradora da Liga Feminina em prol da colonização (a



qual providenciava a emigração de moças brancas para se casarem com os colonizadores). Seus escritos representam, segundo Elisa von Joeden-Forgey, (2007), a virada racialista da política colonial alemã: conforme a autora, se nos primeiros 15 anos, a linguagem dominante da administração colonial deixava-se orientar pelas noção de civilização, senso missionário e inclusão dos nativos como membros do *Reich*, a partir do início do século XX, em resposta às denúncias dos socialdemocratas, as doutrinas racistas passam a se constituir o elemento estruturante das relações entre colonizadores e colonizados¹. Isso se deveu principalmente à institucionalização da “Lei dos Nativos”, que previa a possibilidade de aquisição de cidadania por parte dos homens de cor. Enquanto não se naturalizavam, deviam ficar sob a proteção do governo local, seguindo-se os direitos costumeiros de cada cultura local.

Ainda que, na prática, os “direitos dos nativos” (*Eingeborenerechte*) não representassem qualquer garantia que impedisse à administração local de surrá-los, de tratá-los como semi-escravos, de excluí-los de territórios, a simples possibilidade de se tornarem cidadãos alemães e mesmo de se casarem com brancos ou brancas, açulou os nervos dos membros da Liga Pangermânica, que passaram a arreglar para si o que eles mesmos denominariam como “luta de raças” (*Rassenkampf*).

Com isto,

Ao incluir os *Eingeborene* no reino do estado soberano e seu monopólio da violência, ao mesmo tempo em que excluem-lhes quaisquer instituições e tradições que pudessem protegê-los, o estado alemão criou, na prática, ainda que não intencionalmente, uma categoria de pessoas potencialmente genocidas – pessoas que existiam inteiramente ao largo de uma comunidade em que houvesse obrigações morais; (...) para elas, muitos assassinatos não eram tecnicamente ilegais (JOEDEN-FORGEY, 2007, p. 24).

Para muitos membros da Liga Pangermânica, o genocídio não era condenável; condenável era a falta de critérios para o castigo, a tortura ou o assassinato. Eu diria

¹.



mais: o genocídio, como possibilidade, podia e devia levar em conta também o uso arbitrário do corpo deste *outro*, que não era visto como opositor ou mesmo estrangeiro, mas como inferior e potencialmente passível de contagiar os brancos, uma vez que, seguindo fielmente as palavras de Gobineau, *o sangue ruim podia estragar o sangue bom*, preceito utilizado intensamente pela literatura panfletária e pseudo-científica das sociedades coloniais, o que prepara a des-individualização e desumanização dos nativos.

Dentre os diversos exemplos que podemos citar e que refletem a intensificação do racismo como elemento estruturante da política colonial, o mais conhecido deles é o genocídio do povo herero. Tratou-se de um massacre que extinguiu 80% da população nativa (cerca de 80 mil pessoas), além da prática da tortura e do abuso sexual às mulheres sobreviventes. Este massacre calou fundo na memória dos nativos; tanto assim que, em 1914, quando os alemães pretenderam recrutar tropas nativas para combater na guerra, de 50 mil nativos passíveis de recrutamento, apenas 6 mil foram empregados. Os demais negaram-se a participar – ainda que para tanto pudessem ganhar algum dinheiro –; não poucos, devido à crueldade dos castigos aplicados para a observância da disciplina, acabavam por passar para o lado dos inimigos (ARRIFES, 2004).

Mais impressionante ainda é a declaração do Comandante do ataque, o General Lothar Von Trotha. Apesar da oposição parlamentar, não hesitou em alardear nos jornais a sua posição:

Pergunto-me agora como terminar a guerra com os hereros. O ponto de vista do governador, também o ponto de vista de antigos africanos brancos, e o meu ponto de vista estão em completo desacordo. O governador quer negociar por algum tempo com os hereros, e pensa na nação Herera como necessária como mão de obra para o futuro desenvolvimento do país. Eu penso que uma nação como esta deve ser totalmente aniquilada, ou se isso não for possível, devem ser expulso para fora do país. (apud MAMDANI, 2011, p. 11).



Como já mencionamos, a população que não foi exterminada no que ficou amplamente conhecido por fotos, jornais e declarações oficiais como *O Massacre em Ohmeke*, pereceu de outra forma, sendo presos em campos de concentração. Os corpos masculinos serviram como base de pesquisa para diversos cientistas, dentre eles, Eugen Fisher.

Após o massacre em Ohmeke, foram realizadas novas intervenções políticas por parte do governo alemão. De 1907 a 1914, segundo Udo Kaulich (2003), a colônia foi dividida em reservas, que deveria manter, cada uma, no máximo, 10 famílias, chefiadas por um nativo de confiança dos brancos. Estas pessoas não podiam sair de suas reservas a não ser por meio de um passe que justificasse a necessidade de seu deslocamento. Tinham ainda de ter um *Dienstbuch* (o equivalente a uma carteira de trabalho), no qual se anotavam seus erros, suas doenças, sua operosidade, etc, e quem não tivesse este documento, era castigado. Assim, a política dos nativos transformou-se em política de trabalho.

O autor conclui que, neste período, dito “apaziguado”, pode-se observar a intensificação da repressão, transformada em repressão cotidiana, direcionada à disciplina de toda a população nativa, doravante administrada por 500 membros da polícia civil, a serviço de 15.000 colonizadores brancos.

Este é o contexto em que a pesquisa de Fischer sobre os Rehoboth foi realizada. Um momento em que os colonizadores vêem sua estratégia de exploração econômica consolidada, ainda que a intensificação do policiamento do cotidiano fosse uma necessidade permanente e ademais, em dois flancos: segundo a documentação, ingleses e portugueses ameaçavam as fronteiras da SWA, dentro da lógica da concorrência inter-imperialista; internamente, focos de resistência e de revolta por parte dos nativos não deviam ser de pequena monta, fosse pela memória do genocídio de 1906, fosse pela severidade no policiamento dos trabalhadores.

Por estes motivos, pensamos ser razoável supor que as pequenas vantagens dispensadas à nação dos bastardos se lhe apresentasse como uma parte integrante das estratégias de dominação, porquanto estes, como afirmou explicitamente Fischer, poderiam servir de “capitães” das reservas organizadas pelos agentes coloniais. Ou também (e não de forma excludente), porque tais mestiços de língua e religião alemã, poderiam ir substituindo, gradativamente, o restante da população nativa.



Para tanto, bastava que se convencessem de sua superioridade racial. Talvez a pesquisa de Fischer fosse uma boa ajuda neste sentido.

Referências bibliográficas

- ARRIFES, Marcos Fortunato. *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa: Angola e Moçambique*. Lisboa: Cosmos, 2004.
- EBERHARDT, Martin. *Zwischen nationalsozialismus und Apartheid*. Münster: LIT Verlag, 2005.
- FISCHER, Eugen. *Die Rehoboter Bastards und Bastardierungsproblem beim Menschen*. Jena: Fischer, 1913.
- KAULICH, Udo. *Die Geschichte der ehemaligen Kolonie deutsch-Südwestafrika; 1884-1914*. Mainz: Peter Lang Verlag, 2003.
- JOEDEN-FORGEY, E. Race, power, freedom and the democracy of terror in german racialist thought. In: KING, R. & STONE, D. (org). *Hannah Arendt and the uses of History; imperialism, nation, race and genocide*. New York: Berghahn Books, p. 20-37, 2007.
- MAMDANI, Mahhmood. *When victims become killers*. Princeton: University Press, 2001.